

pital no Renascimento da Alemanha Meridional), onde o grande banqueiro aparece não só como homem de negócios, mas também como representante típico do Renascimento com todos os seus problemas religiosos e culturais. Schick só se preocupou com a parte econômica; o Homem desapareceu entre cifras e contratos. Nenhuma palavra sobre a personalidade de Jacob Fugger, o Rico, nenhuma sobre suas outras atividades. Muitos dos atos desse banqueiro mostram como era um homem do Renascimento, sem, entretanto, jamais ter atingido a superioridade de Lorenzo de Medici, o Magnífico, que conseguiu abranger com sua genialidade economia, arte e política. Assim, por exemplo, temos a construção da célebre *Fuggerei* que até hoje perpetua o ideal de Jacob Fugger. A *Fuggerei*, cujas casinhas deviam servir de moradia para burgueses que sem culpa própria empobreceram, constituiu uma autêntica inovação na História Social da Europa. Essa orientação dada ao trabalho deve-se à formação de financista do A. e à coleção (*Affaires et Gens d’Affaires*) na qual a obra foi incluída... Mas para os desconhecedores dos pormenores da vida de Jacob Fugger, esse livro poderá dar uma visão errônea da figura desse grande homem de negócios do começo do século XVI. Uma outra questão que surge é a da grafia dos nomes. Ora os nomes são escritos como o são em alemão, ora são afrancesados. Assim, por exemplo, encontramos à página 12 duas grafias: *Mühlich* (com trema) e *Muehlich*; às vezes o prenome *Hans* é usado (Hans Fugger, p. 12), outras é usado o correspondente francês *Jean* (Jean Thurzo, p. 48). Apesar disso a obra é de valor extraordinário, devido às suas informações utilíssimas para o estudo das atividades econômicas de Jacob Fugger. Merecem ser ressaltados o capítulo sobre os monopólios (Cap. VIII — *La Campagne contre les Monopoles*) e a terceira e quarta parte do livro que se referem à estrutura da firma e à produção e ao comércio do cobre (3a. parte — *La Structure de l’Entreprise des Fuggers*, 4a. parte — *Production et Commerce du Cuivre*). Aí encontramos uma série de dados novos que poderão contribuir para a compreensão do capitalismo do século XVI. A leitura dessa obra de Léon Schick se recomenda a todos, principalmente aos estudiosos brasileiros que, devido às dificuldades da língua, têm raras oportunidades de se familiarizar com o capitalismo que se desenvolveu no sul da Alemanha no começo dos tempos modernos. Livros como esses deveriam surgir sobre outras famílias que se destacaram na vida econômica da Alemanha, tais como os Welser, os Hoestetter, os Baumgartner, etc., que contam ainda com uma bibliografia bastante restrita.

MARIA THERESA SCHÖRER PETRONE

*

* *

VON ALBERTINI (Rudolf). — *Das florentinische Staatsbewusstsein im Uebergang von der Republik zum Prinzipat*, Francke Verlag, Berna, 1955, 461 págs.

A importância dos problemas políticos na Itália renascentista sugerem a Rudolf von Albertini um excelente trabalho, sem dúvida destinado a um lugar de honra na bibliografia especializada; de fato, temos aqui, pela primeira vez, um estudo de conjunto acerca da consciência de Estado e do pensamento político em Florença nas pri-

meiras décadas do século XVI. Dedicando-se a pesquisas concernentes às doutrinas políticas e à história, o A., já conhecido pelo seu trabalho sobre Richelieu, vai, todavia, muito além de um trabalho de história das doutrinas políticas, conforme bem o acentua, no prefácio, o Prof. F. Chabod, da Universidade de Roma, de cujas palavras podemos nos servir: “superando de muito o esquema costumeiro das pesquisas de história do pensamento político, restritas a considerações acerca dos ‘teóricos’, dos ‘tratadistas’ ex professo, dando atenção, ao contrário, a todas as vozes que interferem no diálogo político, von Albertini compôs uma densa e succulenta página de história”.

Como freqüentemente acontece nos modernos trabalhos deste setor, também aqui o pano de fundo é constituído por reflexões atinentes ao nosso próprio tempo, ou seja, ao panorama determinado pelo fim da supremacia européia no mundo, fazendo-se uma comparação entre a Europa moderna e a Itália do século XVI, como se vê: “Estaremos fadados a um destino semelhante ao da Itália no fim do Renascimento? — Ou conseguirá a Europa, graças às ainda existentes energias político-econômicas e, principalmente, espirituais, graças a uma experimentadíssima consciência político-histórica, chegar a uma nova forma de vida, correspondente tanto a uma certa adaptação à nova situação mundial quanto ao conflito universal das “potências externas”? Esta grande questão, sempre renovada mas permanentemente surgindo ao historiador de preferência a qualquer outra, acompanha o fundo de nosso trabalho, dedicado à consciência de Estado em Florença durante as décadas críticas”.

O ano de 1494 é tomado como ponto de partida, estendendo-se as considerações até 1559. Nesta fase presenciámos, em Florença, sob um “aspecto concentrado”, o desenrolar de um processo político que, no resto da Itália, deveria durar mais de um século; além disso, o interesse é ainda maior por ter sido tal processo acompanhado conscientemente pelos contemporâneos; proporcionam-nos estes, assim, testemunhos de inestimável valia para o exame dos problemas então surgidos. Em 1494, com exceção de Veneza, não mais existem cidades-repúblicas na Itália, pois as comunas já passaram a constituir senhorias ou principados hereditários. Florença, contudo, é teatro de uma tentativa de restauração republicana segundo os ideais comunais, sendo arrastada a uma apaixonada luta contra adversários internos e externos para, em seguida, tomar o decisivo caminho do principado. Principalmente, portanto, em um capítulo relativo à restauração da república, resultado do levante de 1494 contra Piero de Medici, e a todas as complicações de política externa ligadas a tal reviravolta, até a entrada de Giuliano de Medici na cidade (1512) e a instauração do “Sistema” dos Medici. Este movimento dá margem a intensa fermentação das idéias políticas. Maquiavel, o círculo dos Orti Oricellari e Francesco Guicciardini são então tratados, acentuando-se a diferença entre o primeiro e o último: aquêle vivendo ainda na esfera do humanismo, ao passo que este já se integra na era da Contra-Reforma. Passamos à nova e breve fase republicana de 1527-1530, com os últimos representantes do pensamento republicano (Donato Gianotti, Bartolomeu Cavalcanti), para atingirmos, no capítulo III, a época de Alessandro e Cosimo de Medici, com a introdução do Principado, objeto do capítulo seguinte; examinam-se neste, paralelamente, o pensamento político da

Academia Florentina e a atividade de Cosimo I nos inícios do Principado. Por fim, o capítulo V é dedicado aos historiadores florentinos do século XVI e à sua interpretação histórico-política da crise de Florença, desde Jacopo Nardi até G. B. Adriani. A Conclusão, reunindo brevemente os resultados últimos da pesquisa, apresenta também passagens em que se evidencia a estrita semelhança entre a Itália renascentista e o Ocidente contemporâneo, deixando-se bem claro ter sido todo o trabalho efetuado à luz dos mais marcantes traços da Europa atual. Como apêndice temos ainda doze reproduções de documentos até então inéditos, com a correspondente referência à parte do trabalho com que se relacionam.

Difícilmente, repetimos, poderá dispensar esta obra quem pretenda estudar o movimento das idéias políticas no século XVI. Leve-se em conta, ainda, o prazer proporcionado por um estilo sóbrio sem ser pesado e, com facilidade, acharemos supérfluas as desculpas apresentadas no prefácio, relativamente à extensão de certas passagens e à insistência em alguns tópicos. Objetivamente falando, julgamos nada haver a desculpar num trabalho desta ordem. Muito ao contrário: apenas nos sentimos gratos ao seu autor.

PEDRO MOACYR CAMPOS

*

* *

MONBEIG (Pierre). — *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1957, 236 págs.

Mais uma boa novidade lançou a Difusão Européia do Livro no apagar das luzes de 1957, com a publicação desta coletânea de artigos de Pierre Monbeig, demasiadamente conhecido do público brasileiro para que necessite apresentação, tal a maneira pela qual se encontra ligado ao ensino da moderna Geografia e a pesquisa geográfica entre nós.

O lançamento dos *Estudos* do Prof. Pierre Monbeig imediatamente nos fez pensar em seus primeiros artigos sobre o Brasil, reunidos também em uma coletânea que recebeu o nome de *Ensaios de Geografia Humana Brasileira*, publicada em 1940 pela Livraria Martins.

Mais de uma quinzena de anos são passados pois, entre o aparecimento dos *Ensaios* e dos *Estudos de Geografia Humana Brasileira*; os *Ensaios* tiveram um sucesso admirável e sua edição viu-se logo esgotada, graças não só ao seu conteúdo como e também pelo fato de corresponder a uma obra de verdadeiro pioneirismo. Através da mesma, Monbeig realizou um notável trabalho de *défriche-ment* no campo da Geografia brasileira, e os frutos de seu trabalho dinâmico e inteligente aí estão representados pelos geógrafos que Louis Papy identificou como pertencentes à “Escola Paulista de Geografia”.

Menor sucesso não terá por certo, o volume dos *Estudos* ora publicado; seu conteúdo é farto e variado. Nele as facetas da personalidade de Pierre Monbeig aparecem de forma bem nítida: o professor e orientador, no artigo “Papel e Valor do Ensino da Geografia e de sua Pesquisa”; o filósofo da Geografia, no capítulo intitulado “Os modos de pensar na Geografia Humana”; o pesquisador experimentado, em vários dos artigos, como por exemplo, naquele ve-